

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 833/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1474/2015 (12 vols.).**Apensos:** Processos nº 1618/2015 (5 vols.) e 1272/2015 (2 vols)**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.**3- Órgão/Entidade:** Secretaria Municipal de Educação-SEMED.**4- Exercício:** 2014.**5- Responsável:** Sr. Darcy Humberto Michiles, Secretário da SEMED, à época.**6- Unidade Técnica:** DICAD-MA – Relatório Conclusivo nº 023/2016.**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5484/2016-MP- ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.**8- Relator:** Conselheiro Júlio Assis Côrrea Pinheiro.**EMENTA:** Prestação de Contas Anual -
Secretaria Municipal de Educação-SEMED.
Exercício de 2014.*Contas Regulares com Ressalvas.
Recomendação à origem.***9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Educação- SEMED, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade do Sr. Darcy Humberto Michiles, Secretário de Educação e ordenador de despesas, nos termos do art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.2- Recomendar à Secretaria Municipal de Educação a estrita observância às regras da lei Federal nº 8666/93.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva que votou pela aplicação de multa

10- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.**11- Data da Sessão:** 11 de outubro de 2016.**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Côrrea Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (convocado).



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 833/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CÔRREA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral